

TOCANTINENSE OU GOIANO? UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE¹

Ana Lourdes Cardoso Dias²

RESUMO: A proposta desse trabalho consiste em uma discussão a respeito da identidade tocantinense que foi estabelecida politicamente a partir da divisão do Estado de Goiás em 1988, quando o Estado do Tocantins foi criado. O objetivo deste é compreender como essa identidade foi legitimada, uma vez que o povo desse território já possuía uma identidade instituída, ou seja, que argumentos foram usados para convencer um povo a desistir de uma identidade secularmente formada. Inicialmente, apresenta o conceito de identidade, esclarecendo os vários sentidos que esse tema encerra, levando em conta os aspectos individual, social e cultural. Para esse fim, abordaram-se as definições de identidade e identidade cultural fundamentando-se, principalmente, em Hall (2006, 2011), Silva (2011) e Woorward (2011). Em seguida, para compreensão mais ampla da questão, apresentaram-se também os conceitos de território e lugar e sua influência na formação da identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. A partir das discussões teóricas, infere-se que identidade cultural é constituída por meio de representações simbólicas, ou seja, não é algo adquirido biologicamente. É também formada por discursos ou atos de fala. Nesse sentido, a identidade tocantinense constitui-se por meio dos discursos político-ideológicos que fomentaram a criação do estado do Tocantins no decorrer de, pelo menos, um século de história. Esses discursos suscitaram no imaginário coletivo o sentimento de pertencimento ao lugar, legitimando a nova identidade e negando a outra, a goiana.

Palavras-chave: Identidade. Tocantins. Goiás. Território.

TOCANTINENSE OR GOIANO? A QUESTION OF IDENTITY

ABSTRACT: The proposal of this work consists of a discussion about the tocantinense identity that was established politically from the division of the State of Goiás in 1988, when the State of Tocantins was created. The purpose of this is to understand how this identity was legitimized, since the people of that territory already had an established identity, that is, what arguments were used to convince a people to give up a secularly formed identity. Initially, it presents the concept of identity, clarifying the various senses that this theme ends, taking into account the individual, social and cultural aspects. To that end, the definitions of identity and cultural identity were based, mainly based on Hall (2006, 2011), Silva (2011) and Woorward (2011). Then, for a broader understanding of the issue, the concepts of territory and place and their influence on the identity formation of individuals and social groups were also presented. From the theoretical discussions, it is inferred that cultural identity is constituted through symbolic representations, that is, it is not something acquired biologically. It is also formed by speeches or acts of speech. In this sense, tocantinense identity is constituted by means of the political-ideological discourses that fomented the creation of the state of Tocantins in the course of at least a century of history. These discourses have aroused in the collective imagination the feeling of belonging to the place, legitimizing the new identity and denying the other, the Goiana.

Keywords: Identity. Tocantins. Goiás. Territory.

Introdução

Este trabalho apresenta uma breve discussão respeito da questão da identidade. O estudo inicia-se a partir da definição tradicional de identidade como conjunto de caracteres particulares capaz de identificar uma pessoa ou grupo social. A identidade vista dessa forma, parece simples a sua definição. No entanto, essa aceção esconde um fenômeno sociocultural complexo marcado pela diferença, pela exclusão e constituída nas relações de poder. As identidades não são fixas ou

¹ Este artigo foi desenvolvido como avaliação final da disciplina “Cultura e Identidades”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFG, no primeiro semestre de 2013.

² Professora do Instituto Federal de Educação do Tocantins – IFTO.

permanentes, elas passam por processos de mudanças sociais acalentadas pelas transformações na estrutura das sociedades. Por isso, as teorias da pós-modernidade consideram as identidades modernas descentralizadas, deslocadas ou fragmentadas por essas mudanças.

A partir da compreensão do significado de identidade, enfoca-se a identidade cultural, especificamente, a identidade nacional a qual se refere ao sentimento de pertencer a uma cultura nacional, aquela em que os sujeitos são imersos ao nascer. Para criar esse sentimento de pertencimento a uma nação, ou grupo social que possibilite uma identificação nacional, alguns elementos da cultura são acionados para representar e simbolizar a nação, como a história real ou mitológica, as tradições (verdadeiras ou inventadas), a raça, etnia, a língua e o lugar. Essa identidade também está sujeita aos deslocamentos ou fragmentações, pois a mudança sempre esteve presente na história da humanidade e, em consequência disso, as culturas provaram ser fluídas e flexíveis (Stolke, 1993).

As ponderações a respeito de identidade cultural 'nacional' embasaram as discussões sobre a identidade tocantinense que é o principal objetivo desse trabalho. Essa identidade foi forjada a partir da emancipação política do Estado do Tocantins em 1988, antes norte de Goiás. Nesse momento, surge a necessidade de formar e legitimar uma identidade que fosse capaz de suscitar na "alma" do povo a sensação de pertencimento a esse novo estado. A questão aqui é entender como essas pessoas abandonaram uma identidade já consolidada, no caso a goiana, para assumir, repentinamente outra, a tocantinense. Como essa identidade foi forjada? Que estratégias discursivas foram utilizadas para convencer um povo a assumir essa nova identidade e passar a se identificar com ela?

A motivação para este estudo surgiu a partir de um questionamento a respeito da identidade das pessoas que moram no Tocantins, mas que nasceram antes da divisão do Estado de Goiás. Como poderiam ser tocantinenses, se quando nasceram não existia o Estado do Tocantins? No momento em que essa questão foi levantada, não foi possível dar uma resposta adequada, apenas argumentar que era uma questão de identidade. Outras interpelações dessa mesma natureza fez-se refletir a respeito do conceito de identidade de modo geral e, principalmente, a tocantinense.

O que é Identidade?

Como aponta Cardoso de Oliveira (2000), o interesse pela questão da identidade está presente nos estudos culturais nestes últimos tempos, porém, não ficando restrita a área das ciências sociais, mas alargando-se para outras disciplinas irmãs. Falar de identidade em um primeiro momento parece fácil, no entanto, defini-la não é uma questão muito simples. Tomaremos as definições de identidade a partir dos textos de Silva (2011) e Woodward (2011) e Hall (2006), bem como a definições apresentadas pelos dicionários.

Segundo Ferreira (2004), identidade é uma qualidade de ser idêntico. É o conjunto de caracteres particulares, que identificam uma pessoa, como nome, data de nascimento, sexo, filiação, impressão digital e outros. É o reconhecimento de que o indivíduo é o próprio. Esse sentindo é o que

está explícito na “carteira de identidade”, o documento que permite uma pessoa comprovar quem ela é diante de outros, distinguir-se em meio ao um conjunto, por meio de marcas que a diferencia e a identifica. Além dessas acepções, podem-se acrescentar as encontradas em Houaiss (2001): estado do que não muda, do que fica sempre igual. Consciência da persistência da própria personalidade. Etimologicamente, o termo identidade provém do latim *idem* e tem a acepção do que é o mesmo ou a essência do ser (Cunha, 2007).

Percebe-se por meio das definições da palavra que a identidade está estritamente relacionada aos temas da diferença e da alteridade, isto é, aos seus opostos. Pelas concepções dos dicionários, identidade é o que diferencia um ser humano do outro, o que o caracteriza como pessoa ou como grupo social. Mas ela também pode ser definida pelo conjunto de papéis que um indivíduo desempenha em consequência das condições sociais que lhe são oferecidas.

Cardoso de Oliveira (1976) garante que a identidade tem duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). Antropólogos e sociólogos vêm trabalhando a noção de identidade e procurando demonstrar que o pessoal e o social estão estritamente ligados, podendo ser tomadas como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, localizado em diferentes níveis de realização. O nível individual é o lugar das identidades pessoais, objeto de investigação dos psicólogos. Já o nível coletivo é o plano em que as identidades sociais constroem-se e se concretizam.

De acordo com Silva (2011, p. 74), “identidade é simplesmente aquilo que se é”, sou homem, sou mulher, sou brasileiro, sou goiano, sou negro. Dizendo dessa forma parece um conceito de fácil definição. A identidade idealizada desse modo, parecer ser algo positivo, ou seja, aquilo que sou, “uma característica independente, um “fato” autônomo. Nesse perspectiva, a identidade só tem como referência a si mesma: ela é autocontida e autossuficiente”.

Contudo, para o autor, a identidade para se afirmar precisa da diferença. Quando alguém diz o que é, esconde ou reafirma o que não é. Ou, o que é o outro é aquilo que não sou. Desse modo, a identidade depende da diferença e vice-versa, sendo interdependentes e inseparáveis. “A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições, (...) no qual as identidades são construídas por meio de clara oposição entre ‘nós’ e ‘eles’” (Woodward, 2011, p. 42).

Quando uma pessoa afirma a identidade, ela também marca a diferença. Esses dois processos implicam sempre em incluir e excluir, pois “o que somos” implica também “o que não somos”. Assim, “afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinção entre o que fica dentro e o que fica fora” (Silva, 2011, p. 82). Ao demarcar fronteiras, fazendo distinções entre o “eu” e o “outro”, os indivíduos julgam, apontam e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder.

Ainda de acordo com Silva (2011, p.76), a identidade e a diferença são resultado de atos de criação linguística. Isso quer dizer que não são elementos da natureza, não são coisas que existem e estão à disposição dos indivíduos, elas tem que ser produzidas por meios do discurso. “Elas não são criaturas do mundo natural ou transcendental, mas do mundo cultural e social”. Os indivíduos que as

fabricam nos contextos de suas relações sociais e culturais. A identidade e a diferença são criações socioculturais. Nesse sentido, entende-se que para existir a identidade e a diferença, necessitam ser

nomeadas, instituídas e isso só ocorre por meio de atos da fala. Em outras palavras, a identidade não é uma essência, ela deve ser construída.

Hall (2006) parte do pressuposto de que as identidades modernas estão descentralizadas, deslocadas ou fragmentadas pelas mudanças estruturais nas sociedades modernas nesses dois últimos séculos. As transformações sociais estão fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que no passado davam aos indivíduos sólidas localizações. Com isso, segundo o autor, as identidades pessoais estão sendo transformadas, abalando as sólidas ideias que os indivíduos tinham de si mesmo como sujeitos integrados. Por conseguinte, os sujeitos tornaram-se deslocados ou descentralizados. Em consequência desse deslocamento dos indivíduos no mundo social, cultural e pessoal, estabeleceu-se o que o autor chama de “crise de identidade”.

Nesse contexto, o autor apresenta três concepções de identidade a partir da mudança ou posicionamento do sujeito, a saber: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo baseia-se na compreensão de indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, consciência e de ação. Nesse sujeito, a identidade estava ligada ao sua essência como pessoa, idêntico ao longo de sua existência.

A mudança de perspectiva no mundo moderno refletiu também no posicionamento do sujeito. Na proporção que a modernidade tornava-se mais complexa, a consciência de um sujeito autônomo e autossuficiente é questionada e destruída. Nesse momento, surge o sujeito formado a partir das relações com outras pessoas que são importantes nos seus relacionamentos sociais. Essas pessoas serão as mediadoras dos valores, sentidos e símbolos, ou seja, a cultura do mundo em que vivem. Essa é a concepção do sujeito sociológico. Sua identidade é formada pela influência mútua do eu e a sociedade. Hall (2006) assegura também que esse sujeito sociológico ainda mantém um núcleo ou essência interior que é o “eu real”. Porém, esse “eu real” é formado e modificado numa relação dialógica entre os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem.

Para Hall (2006), a terceira concepção de sujeito emerge das mudanças estruturais e institucionais ocorridas nas sociedades modernas. Essas sociedades têm como característica principal as constantes e rápidas mudanças. Nesse contexto, o sujeito sociológico interativo tende a ser perturbado e as certezas que asseguravam as identidades unificadas e estáveis entram em colapso e é superada. Como resultado, surge o sujeito pós-moderno, fragmentado ou deslocado, possuindo não uma única, mas várias identidades. Esse sujeito passa a assumir identidades diferentes em contextos diferenciados. Dentro dele há identidades contraditórias que o empurram para diferentes direções, tornando-o continuamente deslocado. Consequentemente, as identidades chamadas pós-modernas passam a ser definidas historicamente e não biologicamente.

Ao levar em conta as considerações expostas anteriormente, percebe-se que elas apresentam visões diferentes sobre identidade. Por um lado, a identidade é vista como tendo algo de essencial ou natural, único e inalterado, capaz de diferenciar uma pessoa ou grupo; de outro, tendo a alteridade e a diferença como seu oposto. E ainda, é concebida como o resultado das transformações sociais e culturais nas sociedades modernas, marcando o sujeito e a identidade da pós-modernidade.

Na próxima seção, apresenta-se uma breve discussão referente à identidade cultural, evidenciando alguns conceitos-chave em relação a sua definição e constituição, tendo como principal fonte de referência às considerações de Hall (2006) a propósito da identidade cultural que, ao analisar a questão, focaliza-se na identidade nacional, cujo sentido está vinculado à noção de estado-nação e de comunidade simbólica.

Identidade Cultural

A identidade cultural desenvolve-se por meio de elementos culturais que podem ter significados diferenciados para cada indivíduo ou grupo social. Esses elementos são os valores sociais, os costumes e tradições, o estilo de vida, as instituições, a história comum, a língua, as religiões, os grupos étnicos, o meio ambiente natural e cultural dentre outros elementos que uma sociedade atribui significados culturais. São esses elementos que um indivíduo ou grupo social adotarão como seus para se sentirem que compartilham uma cultura comum. Em suma, a identidade cultural pode ser definida como o conjunto das características de um povo com o qual se identifica e, ao mesmo tempo, que se diferencia de outros povos. Como pontua Woodward (2011, p. 42) “as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades”.

Como se pode perceber, a identidade cultural é também marcada pela alteridade e a diferença. Estabelece-se por meio do reconhecimento da existência do outro e a aceitação de que o outro é diferente. Os elementos culturais caracterizadores de diferenças entre dois ou mais sujeitos, ou grupos, formam suas respectivas identidades culturais. Um sujeito ou grupo sabe quem é na medida em que consegue perceber quem não é, ou seja, quando não adota os mesmos elementos de identificação cultural que o outro adota. Em outras palavras, quando atribui a certos elementos culturais significados diferentes dos significados adotados pelo “outro” para os mesmos elementos. Pela marcação da diferença e da exclusão é que as identidades tornam-se visíveis.

Além disso, a identidade cultural faz referência ao sentimento que se tem de pertencer a uma cultura nacional, regional ou local. Aquela cultura na qual os indivíduos nascem e são submersos ao decorrer de suas vidas. Por sua vez, uma cultura nacional não é naturalmente construída. Hall (2006, p. 50) assim a define: “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos”.

O autor informa que no mundo moderno as culturas nacionais em que nascemos são as principais fontes de identidade cultural. Quando alguém afirma ser inglês ou francês ou brasileiro estão falando de forma metafórica, uma vez que essas identidades não estão registradas nos genes das pessoas, isto é, elas não fazem parte da natureza essencial das pessoas.

Hall (2006) argumenta que as identidades nacionais não nascem com as pessoas, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Sabe-se o que significa ser “inglês” pelo modo como a “inglesidade” é representada ou significada pela cultura nacional inglesa. Por isso, ele

ressalta que a nação não é só uma entidade política, mas algo que produz sentidos, a saber, um sistema de representação cultural. E o que provoca o sentimento de identidade e lealdade de um povo a uma nação é porque ela se apresenta como uma comunidade simbólica.

Para Hall (2006), as culturas nacionais são conceitos relativamente recentes na história da humanidade. Os vínculos de lealdade e as formas de identificação social que antes era atribuída à tribo, ao povo, à religião e à região nas sociedades tradicionais, foram, aos poucos, sendo transferida à cultura nacional. Por outro lado, as diferenças regionais e étnicas foram submetidas aos que o autor chamou de “teto político” do estado-nação, constituindo-se uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. Por conseguinte, o estado-nação seleciona os elementos culturais que lhe parecem relevantes, por meio de processos de generalizações e homogeneização para a identidade nacional.

Silva (2011, p. 85) afirma que as identidades nacionais funcionam, na maioria das vezes, como as designou Benedict Anderson: “comunidades imaginadas”. Elas são assim, já que, na realidade, não há uma comunidade natural em torno do que se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional. Por isso, elas precisam ser inventadas, imaginadas. “É necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum”.

Para que isso ocorra, algumas estratégias de representação são ativadas para construir o sentimento de pertencimento a uma nação ou grupo social ou a identidade nacional. Assim, a língua, a raça, a etnia, a história, o território são elementos essenciais utilizados na constituição da identidade nacional. Hall (2006) estabeleceu os cinco elementos principais que fundamentam as estratégias discursivas para formação da identidade cultural nacional.

O primeiro elemento relaciona a identidade nacional à construção de uma narrativa da nação, como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Elas fornecem uma gama de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação como uma comunidade imaginada.

O segundo refere-se à relevância das origens, da continuidade, da tradição e da intemporalidade como os elementos legitimadores da identidade nacional. Nesse contexto, Hall (2006) informa que se cria uma convicção de que elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as instabilidades das histórias. Isso ocorre porque o sentimento de identidade nacional é idealizado como unificado e contínuo, eterno imutáveis, não levando em conta as transformações sociais.

O terceiro elemento é o que Hall (2006) considera como a invenção da tradição. Muitas tradições que se definem ou parecem ser antigas, raramente são. Geralmente, são de origem bastante recente e, muitas delas, inventadas. Para o autor, tradições inventadas é um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólicas que servem para impor valores e normas de comportamentos através da repetição, com objetivo de perpetuar um passado histórico adequado para a formação da identidade nacional.

O quarto elemento mencionado refere-se ao mito fundacional utilizado para sustentar a identidade nacional. O mito fundacional é uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional em um passado imemorial, mítico, sem vínculo com tempo real. Silva (2011) ressalta que pouco importa se os fatos narrados são verdadeiros ou não. O que é significativo aqui é que a narrativa fundadora funciona como liga sentimental e afetiva para que identidade nacional garanta certa estabilidade e fixação que sem elas não teriam a mesma eficácia.

Finalmente, o quinto elemento da identidade nacional apresentado por Hall (2006) baseia-se na ideia de um povo puro, original ou possuidor de certa qualidade capaz de diferenciá-los de outros. Interessante observar é que, na medida em que as nações vão se desenvolvendo, dificilmente esse povo puro, primordial persiste ou exercita o poder. Portanto, as identidades nacionais, ao mesmo tempo, representam a condição de membro de um estado-nação político e proporcionam uma identificação com a cultura nacional.

O território, o Lugar e a Identidade

Para compreender o conceito de território, deve-se partir da seguinte premissa: que ele é um espaço definido e delimitado pelas relações de poder, de dominação e de apropriação. Nesse caso, qualquer espaço delimitado e apropriado pelas relações de poder é considerado territórios. Assim, não só a nação, as regiões, os estados, os municípios caracterizam-se em territórios, mas também outros espaços de influência de grupos como bairros e/ou comunidades que se estabelecerem por meio do domínio e da posse de um determinado espaço.

Ao conceituar território, Haesbaert (2011) define-o a partir de três vertentes, a jurídico-política, a econômica e a culturalista. A vertente jurídico-política representa as delimitações e controle de poder, principalmente, o poder estatal. A vertente econômica representa o território como produto do confronto entre classes sociais e da relação capital-trabalho. A cultural ou culturalista representa o território com sinônimo de apropriação ideológica e simbólica resultante do imaginário, da subjetividade individual e coletiva.

Nessa concepção, o território é compreendido numa perspectiva que agrega a noção de domínio político organizado e apropriação simbólicas e identitária dos grupos que o constitui. A importância da definição desse autor é que ela vincula os processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. Dessa forma, o território abrange tanto uma dimensão simbólica e cultural que permite a atribuição de uma identidade pelos grupos sociais ao espaço onde vive quanto uma dimensão concreta, a jurídico-política que controla o espaço.

O território constitui um dos pilares da identidade dos indivíduos e/ou dos grupos sociais. Por isso, o ser humano precisa demarcar ou apropriar do seu território, criar vínculos com ele pela importância que se tem na constituição da identidade. Por sua vez, a relação entre identidade e território não é algo que se estabelece instantaneamente, configura-se em um processo em

movimento que vai ser elaborado no decorrer do tempo, tendo como fator principal o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência (Souza e Pedon, 2007).

Por outro lado, conceito de lugar refere-se a uma realidade mais local, regional e que se associa aos indivíduos ou grupo social. O lugar é definido como parte do espaço, de fato, apropriado para a vida, onde se desenvolve as atividades cotidianas ligadas à sobrevivência e às relações sociais. Infere-se, portanto, que o lugar é o espaço das vivências socioculturais mais íntimas, onde as pessoas criam laços de afetividade com o meio em que vivem, influenciando diretamente na identidade delas. A definição de Hall (2006) vai ao encontro desse conceito ao caracterizar o lugar como específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado. Para ele, o lugar é o ponto de práticas específicas que modelam e formam os indivíduos e que estão profundamente ligadas às suas identidades. Os lugares conservam-se fixos e é nele que homens criam ou fixam suas raízes.

Nesse sentido, o lugar é o espaço apropriado, vivido, experienciado, reconhecido que forma a identidade por meio de laços afetivos. Esses laços, por sua vez, provêm das histórias de vida dos indivíduos e dos grupos, da memória familiar, da identificação com a cultura local e as relações sociais estabelecidas. Tudo isso permite ao homem atribuir significados à vida e valorizar seus espaços de vivências. Dessa forma, tanto o território, quanto o lugar está relacionado ao sentimento de pertencimento a um determinado espaço e a sensação de identificação com ele.

Como território político, o Estado do Tocantins vai constituir-se em outubro de 1988. A região que atualmente compõe o território tocantinense pertencia ao norte do Estado de Goiás. As referências identitárias, portanto, eram goianas e as pessoas se reconheciam enquanto tal. As pessoas desse território dormiram goianas na noite de 31 de dezembro de 1988 e acordaram tocantinenses no outro dia, 01 de janeiro de 1989. Nesse momento, coloca-se diante da população a necessidade de construção de novos sentidos a respeito da sua identidade. O que para eles representavam ser tocantinense. As identidades territoriais foram, aos poucos, inventadas para produzir uma noção de pertencimento ao estado tocantinense (Rodrigues, 2011).

Por isso, torna-se impossível falar de homem e de sua história, da cultura e da identidade sem falar no seu espaço físico, uma vez que é no lugar que elas concretizam-se. Ao pensar na identidade tocantinense como uma identidade cultural que se formou a partir da emancipação jurídico-política do Estado do Tocantins, o sentimento de pertencer ao lugar foi decisivo na legitimação e fixação dessa identidade, uma vez que ela está estritamente ligada ao pertencimento territorial.

Todavia, o nome do lugar – o topônimo – também é um elemento de legitimação de identidade cultural por ser uma representação simbólica específica do espaço. A nomeação de um lugar é uma atividade exercida pela humanidade desde tempos imemoriais, com a finalidade de identificar, particularizar e referenciar os espaços geográficos apropriados. Dick (1992) adverte que o topônimo não é um signo comum da língua, como suporte de identificação ele carrega uma carga ideológica, política, histórica e sociocultural.

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste,

um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassez hidrográfica, a

peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as tendências artístico-religiosa predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais (Dick, 1992, p. 47)

Assim, o topônimo representa em uma importante marca sociocultural a qual reflete a efetiva apropriação do espaço por um grupo social, por isso, ele constitui-se em um poderoso elemento identitário. A seguir, serão analisadas as referências culturais e territoriais que fixaram e legitimaram a identidade cultural tocantinense.

Identidade Cultural Tocantinense

A identidade cultural “tocantinense” foi criada com a emancipação do Estado do Tocantins em 05 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a lei que constituiu o território, antes conhecido como norte goiano, em mais um estado da federação brasileira. O que fez com que as pessoas abandonassem uma identidade estabelecida e, repentinamente, passassem a assumir uma nova identidade? Que argumentos discursivos foram construídos para forjar essa nova identidade capaz de influenciar as pessoas a investirem nela? Que elementos da cultura foram utilizados para fixação dessa nova identidade?

A identidade, como processo sociocultural, para ser formada leva tempo. A colocação de Hall (2006), de que a identidade é, na verdade, algo formado ao longo do tempo por meio de processos inconscientes, vem corroborar essa afirmação. O povo do Estado do Tocantins não dormiu no dia 31 de dezembro de 1988, como goiano e acordou tocantinense em 01 de Janeiro de 1989, como afirma Rodrigues (2011). Essa identidade foi, aos poucos, sendo elaborada ao longo de, pelo menos, um século de história.

O momento em que ocorreu a separação do estado foi algo extraordinário para quem viveu esse período histórico. As pessoas acreditavam realmente que esse ato traria grandes transformações na estrutura socioeconômica do lugar. Por isso, esse momento foi muito esperado e, quando aconteceu, muito festejado. Uma ocasião de muita euforia motivada pelo sentimento de esperança de dias melhores. Desse modo, quando a lei foi assinada em 1988, o sentimento de pertencimento que ligam as pessoas ao lugar já estava desenvolvido. As pessoas já não se sentiam goianas devido a um discurso político-ideológico elaborado para esse fim, já havia se perpetuado e adotado como verdadeiro durante décadas. Como esses discursos foram construídos para forjar essa identidade? Que elementos da cultura e da história regional foram reivindicados para formar e legitimar essa identidade?

Para responder essas perguntas é preciso compreender que a identidade cultural é um significado atribuído, isso quer dizer que ela não é natural, nem inerente ao indivíduo. É preciso entender também que a identidade cultural passa por mudanças, por transformações. Assim como a própria cultura, ela não é estática e nem permanente, mas é fluída, móvel. Por outro lado, sendo um

significado atribuído social e culturalmente, ela não é uma imposição inocente, nem uma apropriação, totalmente, inconsciente. A identidade cultural é por sua vez construída ou manipulada politicamente.

Outra característica da identidade é que ela não existe por si mesma, mas é construída por meio de discursos. A identidade precisa ser criada e recriada por meio de operadores simbólicos. Cardoso de Oliveira (2000) afirma que a terra ou território, a história real ou suposta (as lendas), o sangue, como marcador de ancestralidade genética, e a língua são os principais operadores simbólicos do processo identitário.

Na ocasião da emancipação do estado do Tocantins, um discurso que, pelos um século vinha sendo articulado, foi reiterado para dar respaldo a criação desse novo estado e validar a identidade regional “tocantinense”. Para isso, algumas estratégias discursivas fundamentadas nos operadores simbólicos referidos anteriormente foram (re)elaboradas.

A primeira estratégia foi buscar uma origem histórica calcada nas lutas políticas separatistas do norte goiano desde o século XIX até o XX. Assim é que diversos movimentos políticos, cada um em seu momento histórico apropriado, ganharam sentidos na elaboração de um discurso de fixação da identidade tocantinense. Esses movimentos políticos tinham como principal justificativa para a separação a diferença cultural da região norte em relação a sul do Estado de Goiás. Destacam-se três momentos importantes nas lutas separatistas do norte goiano; o primeiro de 1821-1823, o segundo de 1956-1960, e terceiro de 1985-1988. Cada um teve um contexto político, sociocultural e econômico específico, mas com o mesmo propósito, a emancipação política do norte goiano (Rodrigues, 2011).

O primeiro momento está ligado ao período aurífero da capitania de Goiás. Para facilitar a administração fiscal e judiciária o Príncipe Regente dividiu a Capitania em duas Comarcas. Comarca do Sul com a sede em Vila Boa e Comarca do Norte com sede no extremo norte da Capitania Real, em São João das Duas Barras, tendo como ouvidor Joaquim Theotônio Segurado (Palacín, 1990). Esse fato ocorreu em 18 de março de 1809. Essa data é comemorada atualmente no estado do Tocantins como o dia da autonomia e evoca dessa ouvidoria.

Criou-se uma oposição ao centro-sul pela diferença de valores na cobrança de impostos. Por terem valores mais elevados, as minas do norte pagavam mais aos cofres públicos do governo que o das minas de Goyazes. Isso desagradou os mineiros nortistas os quais se opuseram veemente a essa medida e tentaram formar um governo independente do norte. Para esse momento a figura “providencial” é colocada em cena como um herói do movimento, Joaquim Theotônio Segurado (Palacín, 1990).

No período Imperial, o sonho de emancipação do norte continuou a ser realimentado, retomando as ideias surgidas ainda durante a exploração aurífera. O Visconde de Taunay, monarquista, deputado por Goiás, propôs a divisão e a instalação de uma capital em Tocantinópolis (1873 e 1879). Esse movimento separatista continuou na República, em que outros políticos apresentaram projeto de redivisão do Brasil em 34 Estados, incluindo o território norte de Goiás. Em

1943, políticos do norte de Goiás, assinaram um documento chamado de o “Manifesto ao Povo do Vale do Tocantins”, que levam ao presidente Getúlio Vargas, propondo a criação do território tocantinense. Os estudantes que residiam na Casa dos Estudantes do Norte Goiano (CENOG) criada

em 60, tiveram uma importante participação na realimentou “do sonho nortista”, ao propagar ideias de autonomização do Norte (Póvoa, 1999).

A luta pela emancipação do estado do Tocantins fortaleceu com o deputado goiano Siqueira Campos. Este apresenta um projeto para dividir o Estado de Goiás. O projeto foi aprovado por unanimidade no Congresso. O presidente da República, José Sarney, vetou “o sonho autonomista” alegando desequilíbrio econômico do norte em relação ao sul. Todavia, na constituição de 1988 esse projeto foi aprovado, fixando a data de 05 de Outubro o Dia da Criação do Estado, data da promulgação da Constituição de 1988 e 1º de Janeiro de 1989 o Dia da instalação do Estado.

Durante esse longo período de lutas separatistas, as estratégias discursivas para demarcar as fronteiras e formar identidades fundamentavam-se nas diferenças culturais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás. Para Cavalcante (2003), à medida que o Centro-Sul goiano fortalecia sua economia relacionando-se com o mercado da região sudeste do Brasil, acentuavam-se as diferenças internas entre o norte e o sul do estado. A expressividade dessa diferença foi devidamente tomada e colocada no centro do discurso autonomista. Essa identificação marcada pela diferença entre o norte e sul alimentou o imaginário social, legitimando e justificando criação do novo estado do Tocantins.

Para a elite intelectual e política que era contra a separação do Estado de Goiás, o argumento da diferença cultural não convencia, uma vez que não existem comunidades homogêneas. Um partidário desse discurso era o escritor Bernardo Élis que durante a luta separatista declarou que argumentos como “diversidade cultural ou de hábitos, usos e costumes não era um motivo relevante, já que não existe comunidade homogênea em parte alguma” (Ramos, 2012).

Além desse discurso e da relativa manipulação dos acontecimentos históricos e das ações de determinadas personalidades políticas, teve-se a necessidade de apresentar para o restante do país as peculiaridades culturais desse novo Estado que dão forma a sua identidade cultural e distingue-o dos demais estados, principalmente, de Goiás e da antiga identidade goiana. Assim, o lado dos discursos emitidos por certos historiadores, pelo governo e por seus representantes, outros elementos foram importantes para autenticação dessa nova identidade, bem como para projetar o Tocantins no cenário nacional.

Um desses elementos é a produção literária produzida por vários escritores Tocantinenses e os trabalhos desenvolvidos pelas Academias de Letras existentes no Estado. A pretensão dessa literatura diferenciada é produzir um contexto cultural que seja capaz de caracterizá-lo, contribuindo para marcar uma identidade cultural tocantinense em face da goiana que, na época da divisão do estado, já possuía uma tradição literária estabelecida.

Juntamente com a história e literatura, alguns símbolos regionais foram criados para fortalecer o processo identitário do novo Estado, o girassol teve esse papel. Essa planta tornou-se símbolo da capital Palmas e, conseqüentemente, do Estado devido a propaganda que se fez em torno dela. Interessante é que essa espécie de planta não é nativa desse território. Woodward (2011) ressalta que a identidade é marcada por meio de símbolos. A autora, ao utilizar a religião para mostrar como os processos simbólicos funcionam. Ela afirma que não existe nada inerente ou essencialmente nas coisas “sagrado”. Os artefatos e as ideias são sagrados porque são

simbolizadas e representadas como sendo assim. Dessa forma, o girassol como uma espécie de planta, que não

tem nenhuma ligação com o ecossistema do Tocantins, tornou-se símbolo por meio do processo de representação que o coloca como simbólico.

Outro elemento simbólico é a bandeira que representa o estado. A bandeira tem o lema “Tocantins, um lugar que o sol é para todos” em que sugere um lugar democrático e de justiça social. Além dela, tem-se o brasão com a frase em tupi-guarani: CO YVY ORE RETAMA, que significa “Essa Terra é minha”, a qual indica, ideologicamente, a apropriação do território pelo povo.

As manifestações culturais e as festas populares que acontecem no Estado do Tocantins são reivindicadas também para representar sua identidade cultural. As danças da Sússia de Natividade e Arraias, a Jiquitaia de Almas, de origem africana, e a Catira dos foliões tiveram reconhecimento; ao mesmo tempo em que as festas populares como as Cavalhadas de Taguatinga, a Caçada da rainha de Monte do Carmo, as Caretas de Lizarda, assim como os rituais indígenas como o Kupré dos índios Xerentes de Tocantínia e o Heterokry dos índios Karajás e Javaés, da ilha do Bananal. O fato de algumas dessas atividades fazerem parte do quadro cultural do Estado de Goiás, não as invalidam como instrumentos de identificação e divulgação de uma identidade cultural tocaninense. Como afirma Hall (2006), os costumes ou tradições são elementos formadores de uma identidade nacional. Apesar de o autor considerar que muitas delas são invenções, não despreza seu valor para formação da cultura e da identidade nacional.

Nesse momento da história do Tocantins, muitas dessas manifestações culturais foram inventadas e outras reinventadas ou reconstruídas para configurar como marca identitária capaz de diferenciar a identidade tocaninense da goiana. A Sússia e a Jiquitaia são danças de origem africanas, mantidas principalmente em comunidades negras rurais que, com a necessidade de legitimação da identidade cultural tocaninense, teve visibilidade dentro do estado e até mesmo fora dele, mas pagando um preço de algumas reformulações. A necessidade de legitimação da identidade motivou as ações de reconhecimento do território dessas comunidades rurais negras e a conscientização da formação étnica do povo tocaninense.

Por isso, as comunidades indígenas do Tocantins também foram incluídas nos discursos de legitimação da identidade tocaninense. No Tocantins vivem atualmente cinco grupos indígenas, Apinajé, Krahô, Xerente, Karajá, Krahô-Kanela (Andrade, 2010). Desse modo, o índio e o negro, considerados como pilares na formação histórica e cultural do povo tocaninense, têm seus lugares consagrados nos discursos políticos e ideológicos dessa identidade cultural. No entanto, isso não significa que os problemas socioeconômicos das comunidades negras e indígenas foram resolvidos. Esse reconhecimento está quase sempre na esfera dos discursos. São usadas para forjar uma identidade rica em elementos culturais em que remete a um povo de origem étnica e historicamente diversificada.

Não se podem esquecer as manifestações religiosas cristão-católicas em que se comemora o dia do Santo (a) Padroeiro (a) das cidades e do Estado como, por exemplo, os festejos de São José em Dianópolis, de Nossa Senhora do Rosário Monte do Carmo, Nossa Senhora dos Remédios em Arraias, dentre outros. Têm-se também as romarias do Senhor do Bonfim, as folias de Reis e do Divino, Festa do Divino Espírito Santo, a Roda de São Gonçalo.

Além desses, os hábitos alimentares passaram, igualmente, pelo o processo de significação ou ressignificação na construção da identidade cultural tocantinense. Alimentos que antes consumidos no cotidiano das famílias foram instituídos como símbolos culturais. De acordo com Woodward, (2011, p. 43), “A cozinha é um meio pelo qual a natureza é transformada em cultura. A cozinha é também uma linguagem por meio da qual “falamos” sobre nós próprios e sobre nossos lugares no mundo.” Por isso, o beiju (a tapioca do nordeste), o cuscuz de arroz, a paçoca de carne de sol, o peixe na telha e na folha de banana, o bolo de arroz, a panelada (a mistura de vísceras do boi e os tendões do pé cozidos), o mocotó (apenas os tendões do pé) e caldo do chambari (perna do boi cozidos), o arroz com carne de sol chamado de Maria Isabel e o frango caipira no almoço do domingo, o doce de buriti, a bacaba, o óleo de babaçu e outros tiveram novos significados. Essas comidas tornaram-se representantes da culinária tocantinense.

Tendo em vista o que foi exposto, infere-se que para legitimação da identidade tocantinense as estratégias discursivas fundamentadas na história, nos aspectos culturais e nos elementos simbólicos foram imprescindíveis. Essa afirmação vai ao encontro à de Woodward (2011), a qual assegura que a identidade é marcada por meio de símbolos e a sua construção é tanto simbólica quanto social. Dessa forma, o patrimônio material e imaterial, a história, a literatura regional, a formação de símbolos regionais (como hinos, bandeiras, brasões) e as festas populares foram os instrumentos que auxiliaram na elaboração e divulgação dessa identidade cultural regional.

Rodrigues (2011) aponta uma problemática sobre as identidades regionais que é o conflito existente entre fronteiras políticas e fronteiras culturais. Ele considera que as manifestações das identidades culturais regionais extrapolam os limites políticos. Hall (2009, p. 35, In: Rodrigues, 2011) afirma que “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos”.

Essa transgressão, da mesma forma que ocorre com as fronteiras nacionais, supõe-se que ocorra com as fronteiras regionais. Em suma, muitas características culturais goianas estão presentes na vida cotidiana do povo tocantinense, como hábitos alimentares e de linguagem. Como já se pontuou anteriormente, isso não invalida a identidade cultural tocantinense, pois o que importa é que o povo tocantinense acredita nessa identidade e a assume como sua.

Nesse contexto, pode-se aplicar o conceito de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson, uma vez que não existe “comunidade natural”, para que ela exista é preciso que as pessoas sintam ou imaginem parte dela. Do mesmo modo, ocorre com a identidade cultural, ela afirma-se em virtude da sensação de pertencimento a um grupo social. E esse sentimento de pertencimento é construído, em parte, por meio de laços imaginários e simbólicos e, em parte, na fantasia, a partir da narração da sua cultura e da sua história (Hall, 2011).

Considerações Finais

Neste trabalho, fizeram-se algumas considerações a respeito de identidade que mostraram muito esclarecedoras, já que o propósito dele era entender como a identidade tocantinense foi construída e legitimada a partir da emancipação política do Estado do Tocantins. As pessoas desse

território, que antes tinham suas referências identitárias estabelecidas em Goiás, foram obrigadas, de um ano para outro, a mudar de identidade. A questão inicial era compreender como as pessoas foram convencidas a deixar a identidade goiana e assumir a tocaninense.

Para isso, as discussões sobre identidade fundamentadas em Silva (2011), Woodward (2011) e Hall (2006) foram de grande relevância. De modo geral, a identidade é definida como sendo o que nos diferencia dos outros, o que nos individualiza como pessoas ou como grupo social. No entanto, a identidade para existir depende do que está exterior a ela, ou seja, do outro, ou de outra identidade. Afinal, ela é marcada pela diferença. Além disso, identidade e diferença são criações discursivas, formadas no contexto das relações sociais e culturais.

Por sua vez, a identidade cultural refere-se ao sentimento de pertencer a uma cultura nacional, regional e local, a cultura na qual os indivíduos nascem e são submetidos no decorrer de suas vidas. A identidade cultural pode ser definida como o conjunto das características culturais de uma sociedade, criada e fixada por meio da narração de uma história e uma cultura comum. Ela é marcada pela diferença cultural. É importante ter em mente que uma identidade cultural nacional não é algo natural, ou como assegura Hall (2006). Não está registrada nos genes das pessoas, ela é construída no interior da representação. Portanto, somente é possível saber o que significa uma identidade nacional pela forma que ela é representada, simbolicamente, pela cultura nacional.

Tendo em vista essas considerações, infere-se que a identidade tocaninense estabeleceu-se por meio de um discurso elaborado para tal fim que, por sua vez, foi muito eficaz. Os autores desse discurso combinaram elementos como política, cultura, lugar, eventos, símbolos e história para construir um universo simbólico que representassem a “comunidade imaginada”, ou seja, o novo estado e, conseqüentemente, fixar a identidade cultural regional tocaninense. Esses discursos suscitaram no imaginário coletivo o sentimento de pertencimento ao lugar, legitimando a nova identidade.

Portanto, é ingênuo afirmar que a identidade tocaninense formou-se a partir do dia 01 de janeiro de 1989, ano em que foi instalado o estado do Tocantins. Ela já vinha sendo construída durante muito tempo, na retórica das lutas separatistas do norte goiano, fundamentada principalmente na diferença cultural e no abandono político da região. Ao mesmo tempo em que reforçava a identidade, marcava a diferença entre goianos e tocaninenses. Por essa razão, vale registrar aqui a declaração de Hall (2011) com respeito à construção das identidades.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, ela emerge no interior do jogo de modalidades específicas de poder [...]. (HALL, 2011, p. 109).

Acredito que esse sentimento de não pertencer ao estado de Goiás foi gerado, paulatinamente, no decorrer das lutas separatistas do antigo norte goiano, tendo seu ápice nas últimas décadas do século passado quando ocorreu de fato a separação. Nessa parte do território, sempre foi economicamente mais atrasado em relação ao sul, a sensação de abandono do poder político gerou

aversão à identidade goiana. As pessoas esperavam que, com a emancipação do estado do Tocantins, a estrutura socioeconômica do local mudasse. Portanto, o Estado de Goiás representava o opressor, o culpado pelos males sofridos. Logo, identificar-se com Goiás seria um retorno ao passado de opressão e de sofrimentos.

Referências

- ANDRADE, K. S. **Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins**. Goiânia: PUC, 2010.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Os (des)caminhos da identidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, n. 42, fev., 2000.
- _____. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CAVALCANTE, M. E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2003.
- CUNHA, G. A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikom, 2007.
- DICK, M. V. de A. **Toponímia no Brasil: Coletânea de Estudos**. 3. ed. São Paulo: 1992.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.
- PALACÍN, L. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.
- PÓVOA, J. L. **História Didática do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 1999.
- RAMOS, B. R. **Identidade tocantinense**, 2013. Disponível em: <<http://belgna.blogspot.com.br>>. Acesso em: 01 set. 2013.
- RODRIGUES, J. C. **Experiência, identidade e a criação do Tocantins**. *Revista Formação Online*, n. 18, volume 1, p. 24-38, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: _____ (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. **Território e identidade**. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*. Três Lagoas - MS, v. 1, n.º6, ano 4, Nov. 2007. Disponível em: <www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS_e_NelsonP.pdf . Acesso em: 27 ago. 2013.
- STOLKE, V. **Cultura europeia: uma nova retórica de exclusão?** 1993. Disponível em: <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_02.htm>. Acesso em: 26 ago. 2013.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.